

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Arqueologia e Antropologia
Licenciatura em Antropologia

Dinâmica da Resposta à Pobreza Urbana: Uma análise à implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014 no Posto Administrativo Número 1 na Cidade de Chimoio

Autor: Simões José Capece Truzão

Supervisor: Johane Zonjo

Maputo, Setembro de 2013

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Arqueologia e Antropologia
Licenciatura em Antropologia

Dinâmica da Resposta à Pobreza Urbana: Uma análise à implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014 no Posto Administrativo Número 1 na Cidade de Chimoio

Trabalho de culminação do curso na modalidade de projecto de pesquisa apresentado em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Simões José Capece Truzão
Supervisor: Johane Zonjo

Maputo, Setembro de 2013

Dinâmica da Resposta à Pobreza Urbana: Uma análise à implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014 no Posto Administrativo Número 1 na Cidade de Chimoio

Trabalho de culminação do curso na modalidade de projecto de pesquisa apresentado em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane

Autor

Simões José Capece Truzão

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

Johane Zonjo

Omar MadimeMargarida Paulo

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este relatório de pesquisa é resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas na bibliografia as fontes por mim utilizadas, e que nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau acadêmico.

Simões José Capece Truzão

AGRADECIMENTOS

A realização do presente estudo contou com a contribuição de certas pessoas, mesmo que algumas delas não estejam aqui indicadas, nalgum momento, estiveram do meu lado durante o percurso acadêmico. A essas pessoas expresseo o meu profundo agradecimento.

Agradeço aos meus pais (José Capece Truzão e Anora Vale Rabeca). Aos meus irmãos, Anapaula, António, Truzão e Valentim em especial a minha sobrinha Delicia da Paula e a Nádyá Inarivo.

Ao dr. Johane Zonjo, na qualidade de supervisor, que sempre se dispôs e revidou esforços para a materialização do mesmo. O meu muito obrigado.

Merece o meu obrigado também nesta página Papucides Ntela que em momentos importantes da vida coube a ele o papel de orientar no que de mau e de melhor existe.

A todos meus colegas do curso com destaque para Agostinho Neves, Amílcar Magaço, Cremildo Mubate, Dilman Mutisse, José Chigarisso, Sargem Chiparanga e aos membros da Direcção Geral da Associação de Estudantes Universitários da UEM.

Aos meus amigos Tobias, Ayrton, Gildo, Dinho e Danúbio.

DEDICATÓRIA

À minha mãe Anora Vale Rabeca;

À minha sobrinha Delicia da Paula e a

Todos docentes do DAA, em especial aos que pela minha turma passaram

LISTA DE ABREVIATURA

CC ó Conselho Consultivo

CMCC ó Conselho Municipal da Cidade de Chimoio

CTAP ó Comissão Técnica de Avaliação de Projectos

GdM ó Governo de Moçambique

MAE ó Ministério de Administração Estatal

MPD ó Ministério de Planificação e Desenvolvimento

OIIL ó Orçamento de Investimento de Iniciativa Local

PERPU ó Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana

PQG ó Plano Quinquenal do Governo

Índice

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - Revisão de Literatura	4
2.1 - Pobreza em Moçambique	6
3 - Enquadramento Teórico	7
3.1 ó Coneytualização	9
4 - Método e técnicas	10
5 ó Um olhar sobre o Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) ...	13
6 - Caracterização do Posto Administrativo Número 1	17
7 - Análise da Dinâmica da Implementação do PERPU 2011-2014	18
7.1 ó õA Implementação do PERPU veio Melhorar as Condições de Vida de Muitosõ.....	18
7.2 ó õProcessos Burrocraticos estão a minar os objectivos do PERPUõ.....	20
7.3 ó õO PERPU Promove Conflitos no seio das Associações Beneficiáriasõ.....	22
8 - Considerações Finais	26
9 - Referências bibliográficas	28

RESUMO

O estudo debruça-se sobre a dinâmica da resposta moçambicana face a pobreza urbana centrando sua análise na dinâmica da implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014, nos bairros Centro Hípico e Nhamadjessa, no Posto Administrativo Número 1, cidade de Chimoio, na província de Manica.

Com base na metodologia qualitativa e apoiando-se em pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semi-estruturadas, observação directa e conversas, que constituem o método e as técnicas privilegiadas em pesquisas antropológicas, o estudo permitiu apreender que o PERPU acomoda diferentes percepções que resultam das experiências individuais e/ou colectivas do quotidiano.

Assim, esta pesquisa mostrou que esta política pública é vista, (1) como um instrumento que contribui para a melhoria das condições de vida dos beneficiários; (2) como tendo objectivos minados por processos burocráticos; e (3) como promotora de conflitos no seio das associações beneficiárias, culminando com a quebra de laços sociais com uma consequente fraca coesão social.

Palavras-Chave: *Política Pública, Pobreza Urbana e PERPU.*

1 - INTRODUÇÃO

A pobreza urbana é vista na actualidade como um dos principais desafios dos países em vias de desenvolvimento, nos quais Moçambique se integra. Para fazer face a este fenómeno, o Governo Moçambicano através do Plano Quinquenal 2010-2014 delimita como seu objectivo central combater a pobreza para melhorar as condições de vida do povo moçambicano em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade (PQG, 2010: 5). Para o alcance deste objectivo, diversas acções têm vindo a ser levadas a cabo pelas entidades governamentais dentro das quais se destaca o recém-criado Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014.

Elaborado em 2010 e com a entrada em vigor em 2011, o PERPU define a Pobreza Urbana como sendo a falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades básicas de indivíduos, famílias e comunidades residentes nas zonas urbanas (MPD *et al* 2010: 3). Visto dessa forma, o PERPU conceitua a pobreza sob um prisma unidimensional.

A abordagem unidimensional da pobreza é considerada por Lopes *et al* (2004), como aquela que tem como padrão base a renda. Para este autor, esta abordagem torna-se insuficiente para identificar a extensão da pobreza num determinado contexto, sustentando que esta visão (unidimensional) contém várias restrições teóricas e metodológicas por não olhar para aspectos como ideias, percepções, discursos e práticas locais associadas à pobreza. A abordagem unidimensional não permite captar a forma como as pessoas constroem a sua visão sobre o fenómeno da pobreza, qual o significado que lhe atribuem e como essa visão as influencia no dia-a-dia.

Adicionalmente, autores como Douglas (2007), Crespo e Gurovitz (2002), Gomide (2008), Lopes (2004), entre outros, defendem que a pobreza é possuidora de várias faces que requerem um indicador de abordagem multidimensional, que leve em consideração a situação auto-avaliada, ou seja, como o indivíduo percebe a sua própria situação social. Nesta perspectiva de abordagem multidimensional, pode-se compreender a necessidade da não universalização da noção de pobreza na medida em que há uma necessidade de se compreender como ela é percebida no seio individual bem como no colectivo e de forma contextualizada.

Deste modo, as discussões teóricas em torno da pobreza centram as suas análises nestas duas dimensões ou abordagens (a unidimensional e a multidimensional), reconhecendo-se no seio de

autores como Lopes (2004), Gomide (2008) e Saldanha (2003) que actualmente são muitos os estudos que privilegiam a dimensão multidimensional em detrimento da unidimensional.

Contribuindo para uma compreensão das políticas públicas que visam combater este fenómeno (pobreza urbana), nos propusemos aqui a analisar a dinâmica que emerge da implementação do PERPU 2011-2014. Para o alcance do objectivo geral definimos como objectivos específicos os seguintes: (1) a descrição do PERPU, (2) a identificação das percepções e dos significados do PERPU tanto para os implementadores como para os beneficiários, bem como (3) a análise destas percepções e significados associados a esta política pública.

Deste modo, ao analisarmos estas dinâmicas da implementação do PERPU, pretendemos compreender como esta política pública concebida com o intuito de melhorar as condições de vida da população urbana está a ser vivida. Trata-se de uma análise antropológica a uma política pública que é um campo novo na disciplina.

Apesar da longa ligação que existe entre Antropologia e políticas públicas, só recentemente surgiu uma área de pesquisa de políticas públicas no campo da Antropologia. Nesse sentido, o nosso interesse na análise do PERPU suporta-se na visão de Wedel (2005) na medida em que este defende a necessidade de compreensão das políticas públicas no campo da Antropologia pelo facto destas (políticas públicas), poderem ter diferentes manifestações dentro do mesmo contexto, podendo ser adoptada sem resistência, com resistência e podem ser manipuladas, entre outras manifestações.

A condução do nosso trabalho baseou-se na metodologia qualitativa, com recurso a pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas, observação directa e conversas.

O presente trabalho é constituído por oito capítulos, sendo que, após a presente introdução que corresponde o primeiro, apresentamos no segundo a revisão de literatura onde apresentamos as principais abordagens teóricas sobre a pobreza para este trabalho, trazendo depois no terceiro capítulo o enquadramento teórico. No quarto capítulo encontramos o método e as técnicas que conduziram a construção da pesquisa, seguindo-se o quinto, onde pretendemos elucidar a política pública em análise, ou seja, o Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana

(PERPU). A seguir, apresenta-se a caracterização do local de estudo. Na sétima parte são apresentados os resultados e sua discussão e por fim as considerações finais.

2 - Revisão de Literatura

Neste capítulo reunimos duas das principais abordagens de vários autores que discutem em torno do tópico da pobreza. Por um lado, apresentamos a abordagem unidimensional e por outro, a multidimensional.

De acordo com Crespo e Gurovitz (2003: 3), numa primeira fase o fenómeno da pobreza foi explicada como õrequisitos nutricionais mínimos da dieta alimentarö. Esta visão explicativa é considerada como sendo uma abordagem unidimensional.

A abordagem unidimensional é na visão de Lopes *et al* (2004) aquela que tem como padrão base a renda. A perspectiva desta abordagem liga-se inteiramente à dimensão económica, ou seja, são consideradas pobres as pessoas que dentro de um padrão construído, não conseguem suprir as necessidades básicas para o sustento.

Nesta linha de pensamento, Rodrigues *et al* (1999: 69) mostram que esta abordagem associa a õpobreza a uma situação de privação resultante da insuficiência de recursos económicos, relacionando-a com as noções de subsistência e de necessidades básicasö. Estes autores sustentam ainda que no estudo da pobreza sob o prisma unidimensional privilegia-se a utilização de metodologias estatísticas.

Na perspectiva de Lopes *et al* (2004), a abordagem unidimensional torna-se insuficiente para identificar a extensão da pobreza num determinado contexto, isso na medida em que defende que ela contém várias restrições teóricas e metodológicas por não olhar para aspectos como ideias, percepções, discursos e práticas locais associados à pobreza, de forma a captar a visão que os indivíduos constroem sobre ela e quais os significados que lhe atribuem.

A partir da década 60 do século XX, esta visão unidimensional viria a ser contestada pelas correntes construcionista¹ e interpretativista². De acordo com Crespo e Gurovitz (2002), esta

¹ - Explica que os fenómenos sociais devem ser percebidos com base nos significados atribuídos pelos actores sociais (Giddens 1998).

² - Defendido por autores como Weder e Simel em reacção ao pensamento positivista. Postula a ideia de que o objectivo das ciências humanas é compreender a acção humana diferenciando deste modo das ciências naturais (Giddens 1998).

última corrente (interpretativista) deu vazão aos estudos de pobreza na Antropologia, por ligar este fenómeno aos aspectos sociais e culturais, admitindo que a pobreza é um fenómeno culturalmente construído e passível de várias interpretações.

Neste âmbito, importa referir o contributo de Oscar Lewis para a discussão e pesquisa do fenómeno da pobreza no campo da Antropologia e nas Ciências Sociais no geral. Segundo Barroqueiro (2010), Óscar Lewis evidenciou-se pelos estudos realizados nos anos sessenta do século XX, destacando-se pela introdução do conceito de cultura da pobreza.

Assim, há que realçar a partir deste período o surgimento de estudos que olham para a pobreza como possuidora de várias faces que õrequerem um indicador de abordagem multidimensional e que leve em consideração a situação auto-avaliada, ou seja, como o indivíduo percebe sua própria situação socialö (Lopes *et al*, 2004: 10).

Neste âmbito, Morgado (2002), advoga a ideia de que o fenómeno de pobreza deve ser compreendido de forma contextualizada, levando em consideração as características sócio-económicas locais, bem como os seus valores culturais. Esta perspectiva é comungada por Green (2006), na medida em que este defende que não se deve olhar para a pobreza numa concepção universalista, sendo necessário tomar-se em conta o espaço e o tempo onde são construídas as percepções e os significados deste fenómeno.

Na visão de Gomide (2008), considera-se a pobreza como sendo um fenómeno de várias dimensões na medida em que, a pobreza não se resume apenas à insuficiência de renda para a satisfação das necessidades básicas, mas também na privação dos direitos sociais básicos e do acesso aos serviços essenciais.

Nesta perspectiva, Saldanha (2003: 17) defende que a pobreza deve ser vista como um fenómeno complexo e de múltiplas dimensões, pois, õela vai além da fome e perpassa o campo social, político e económico, além da própria experiência histórica de cada sociedadeö. Deste modo, tendo em conta as múltiplas dimensões deste fenómeno, na sua análise devem-se privilegiar as relações inter-individuais, as representações e práticas sociais com base na metodologia

qualitativa e micro-análises de comunidades ou famílias, levando em consideração a dimensão simbólica e espacial (Rodrigues *et al*, 1999).

2.1 - Pobreza em Moçambique

Em Moçambique, o fenómeno da pobreza tem sido alvo de reflexões por parte de diferentes esferas, nomeadamente na esfera política, científica e na sociedade civil em particular. Dentro do campo científico, salienta-se a existência de estudos de diferentes campos do conhecimento. Existem estudos de carácter económico onde podem se apontar autores como Castelo Branco (1994), Mosca (2010), Mithá (2008), Francisco (2006), entre outros.

Por outro lado, a área de Ciências Sociais, em especial a Antropologia, procura trazer aspectos relacionados com a percepção deste fenómeno. Interessa-nos aqui trazer algumas reflexões em torno deste fenómeno no contexto moçambicano, com ênfase nos estudos de carácter antropológico.

Loforte (2008) no seu artigo intitulado *Dinâmicas familiares e percepções de pobreza e género em Moçambique*, mostra que as percepções sobre o fenómeno da pobreza são várias e diferenciam-se de indivíduo para indivíduo, existindo assim percepções que afectam a comunidade e percepções que afectam a família ou o indivíduo.

Este estudo revela-nos que apesar do conceito de pobreza ser diverso, identificam-se alguns traços comuns, pois, estes òligam-se à falta de bens essenciais, de dinheiro, à ausência de bem-estar, à falta de acesso a recursos produtivos, à falta de roupas nomeadamente capulanas, mas igualmente a elementos não tradicionais como a exclusão social (no acesso a serviços e infra-estruturas), o infortúnio, o isolamento e a solidão (Loforte, 2008: 24). Segundo a autora, esta visão sobre a pobreza mostrou que este fenómeno não está apenas ligado a questões de posse ou de bens materiais, uma vez que é igualmente extensivo em questões de relações sociais estáveis.

Mulhovo e Monjane (2009) no seu estudo sobre a pobreza urbana em Moçambique, mostram que algumas zonas enfrentam problemas de desigualdades associados ao difícil acesso aos serviços

socio-económicos para as famílias pobres. Para estes autores, este cenário de pobreza pode constituir-se em factores motivadores de revoltas populares.

Mulhovo e Monjane (2009) referem que nos actuais programas do Governo para o combate à pobreza urbana, há uma limitação dos mesmos no que se refere à abrangência, bem como aos recursos atribuídos aos grupos alvo.

Por sua vez, Morgado (2002) ao estudar as percepções e estratégias de alívio à pobreza na localidade de Malua, distrito de Alto Molocue na província da Zambézia, revela que a pobreza nesta localidade não é tomada segundo as percepções locais, dificultando deste modo a conjugação das estratégias para o alívio deste fenómeno.

Na visão deste autor, isto resulta pelo facto de as políticas serem projectadas sem uma análise da realidade local que é extremamente diferente daquilo que as populações locais anseiam. Deste modo, para Morgado (2002: 39) a pobreza na localidade de Malua não é uma fatalidade que deve ser discutida no contexto nacional, mas sim resultado da falta de reflexões a nível local e falta de cultura de consulta participativa das estruturas centrais.

Numa outra vertente, o estudo de Tvedten *et al* (2008) remete-nos a ideia da feminização da pobreza no contexto moçambicano. Para estes autores, este facto justifica-se na medida em que a pesquisa por eles realizada, evidencia uma tendência de redução da pobreza nas famílias chefiadas pelos homens (de 70% em 2003 para cerca de 52% em 2008) relativamente superior à das famílias chefiadas por mulheres (de 67% para 63%).

Esta feminização da pobreza em Moçambique é explicada por estes autores, como resultado da forte ligação das mulheres ao sector agrícola de subsistência, bem como o facto de estas (mulheres), terem menor acesso à educação escolar o que contribui em grande medida para que elas tenham menos oportunidades de emprego formal.

3 - Enquadramento Teórico

Actualmente assiste-se a uma crescente demanda de reflexões de diferentes campos do saber científico em torno das políticas públicas. Neste contexto, há que realçar a pertinência dos

estudos antropológicos para a compreensão das mesmas.

Neste sentido, o facto de a Antropologia privilegiar o uso de métodos empíricos na realização dos seus estudos, Shore e Wright (citados por Wedel 2005) sustentam que a Antropologia, constitui um campo de saber científico que se encontra bem posicionada para a compreensão das políticas públicas.

De acordo com Wedel (2005), o estudo das políticas públicas do ponto de vista antropológico tem como ponto de partida a própria política pública, ou seja, a sua compreensão constroi-se a partir do seu questionamento.

A política pública é na visão antropológica, algo não dogmático e que nasce de um contexto específico. Desta forma, é essencial questioná-la a partir do seu contexto de surgimento passando a fase da sua aplicabilidade e por fim questionar como ela é vivida a nível local ou pela população (ibid). Assim, Wedel afirma que neste exercício, pouco interessa para a Antropologia a definição do que é política pública, preocupando-se mais em questionar ou compreender o que é que se faz ou o que é que as pessoas fazem em nome das políticas públicas.

Por outro lado, há que realçar que políticas como o PERPU, vem se tornando também objecto privilegiado de investigação nas Ciências Sociais, sobretudo na Antropologia, por constituírem um fenómeno de desenvolvimento.

Na perspectiva de Schroder (1997) actualmente verifica-se um crescente número de antropólogos que se dedicam ao fenómeno de desenvolvimento, tendo estes como uma das principais preocupações o impacto sócio-cultural de políticas de desenvolvimento. Este grupo de antropólogos procura mostrar que a questão económica não deve ser tomada como prioridade de estudo do desenvolvimento, porque existem outros factores extra-económicos e que, conjugados com as dinâmicas internas duma sociedade, podem ser focos de estudo e sem os quais os processos de desenvolvimento e os seus fracassos não podem ser plenamente compreendidos (Morgado, 2002).

Neste contexto, a problemática do desenvolvimento deve ser vista como um processo complexo de interacção social pelo qual as sociedades são submetidas para a melhoria das condições

materiais e sociais com representações lógicas, estratégias e dinâmicas específicas (Sardane, 1997).

Para a compreensão da dinâmica que se circunscreve a partir da implementação da política pública em alusão, optamos pela aplicação da abordagem teórica interpretativa proposta por Yanow (citado por Rodrigues 2008). De acordo com Yanow esta abordagem coloca uma série de questões sobre como os significados das políticas são comunicados e percebidos por diferentes audiências. A adopção desta abordagem teórica na presente pesquisa justifica-se na medida em que ela nos permitirá compreender as lógicas que circundam as percepções em torno do PERPU desde a formulação da política, passando pelos implementadores até aos beneficiários, o que Wedel (2005) chamou de *studying trough*³.

3.1 – Conecptualização

Comungando a ideia de de autores como Crespo e Gurovitz (2002), Douglas (2007), Lopes (2004), entre outros, o conceito de pobreza abarca várias faces que requerem a sua compreensão baseado pelas abordagens metodológicas e teóricas que conduzem cada pesquisa num determinado contexto. Assim, a noção de pobreza no presente trabalho deve ser vista como sendo o conjunto de factores sócio-económicos bem como as formas de interpretação deste fenómeno como é sugerido por Ferreira (1995).

No que diz respeito as políticas públicas, elas devem ser vistas como õformas de actuação dos governos em prol da construção de uma sociedade menos ineficiente e mais coesa socialmenteõ (Pereira, 2005:124). A partir desta visão, podemos olhar para o PERPU, como instrumento de intervenção do Governo na construção de uma sociedade urbana com um nível de vida relativamente diferente ao actual.

A noção de dinâmica neste trabalho deve ser vista como a forma como esta política pública (o PERPU) se manifesta quer por parte dos implementadores, quer por parte dos beneficiários no local estudado.

³ - Significa o seguimento da política pública desde a sua formulação, passando pela implementação até a sua apreensão pelos beneficiários (Wedel, 2005).

4 - Método e técnicas

O presente trabalho constituiu-se numa análise exploratória privilegiando a metodologia qualitativa. Para Minayo e Sanchez (1993), este método enquadra-se na corrente compreensivista⁴ considerada pilar das abordagens qualitativas.

Esta metodologia permitiu explorar a subjectividade do objecto e as nuances que escapam através da revisão de literatura, bem como possibilitou a aproximação entre o sujeito e o objecto da pesquisa numa relação de complementaridade.

Assim, a pesquisa recorreu a três (3) técnicas de pesquisa: a primeira foi a revisão bibliográfica e documental que consistiu na consulta de obras, documentos ministeriais, artigos científicos, entre outros.

A segunda técnica foi a entrevista. Estas foram feitas com base numa pesquisa etnográfica na cidade de Chimoio, no Posto Administrativo Número 1, nos Bairros Centro Hípico e Nhamadjessa. Esta fase decorreu durante duas semanas (de 23 de Janeiro a 6 Fevereiro de 2013), apoiando-se em entrevistas semi-estruturadas⁵, observação directa e conversas. O uso destas técnicas permitiu-nos captar as lógicas pelas quais são construídas as noções sobre o PERPU bem como os significados que lhes são associados.

Nesta fase foram entrevistadas no total doze (12) pessoas. As conversas ao longo da realização do trabalho de campo foram desenvolvidas na língua portuguesa e citewe⁶ dependendo da preferência do entrevistado.

Para esta pesquisa os nossos entrevistados foram de duas categorias: a primeira de implementadores e a segunda de beneficiários.

⁴ - Corrente que na visão de Giddens (1998) defende que as ciências sociais não devem se preocupar em explicar os fenómenos, mas sim, compreender como eles são.

⁵ - Entrevista semi-estruturada ou não estruturada é aquela que permite um diálogo em forma de conversa com o entrevistado, podendo através desta entrevista deixar o diálogo correr de forma fluida e produtiva, sem parâmetros e questões pré-estabelecidas (Burgess 2001).

⁶ - Língua nacional predominante na cidade de Chimoio

Na primeira categoria, os entrevistados eram os implementadores, ou seja, deveriam pertencer a estrutura do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio (CMCC) que gere e coordena as acções do PERPU, ser membro do Conselho Consultivo⁷ (CC), ser membro da Comissão Técnica de Avaliação de Projectos (CTAP) a nível do Posto Administrativo Número 1 ou a nível dos bairros Centro Hípico e Nhamadjessa.

No que concerne a segunda categoria, foram entrevistadas as pessoas que têm conhecimento sobre o PERPU. Deste modo optamos em, junto das CTAP a nível dos bairros Centro Hípico e Nhamadjessa escolher aleatoriamente as pessoas que já submeteram os seus projectos no âmbito do PERPU, independentemente dos mesmos terem sido aprovados.

Esta categorização explica-se a partir da visão de Wedel (2005), na medida em que este, postula que o foco da análise antropológica sobre as políticas públicas é simultaneamente vasto e restrito. É vasto ao procurar perceber como o Estado se relaciona com as populações e é restrito ao procurar compreender como as políticas do Estado são vividas a nível local.

A autorização para a recolha de dados constitui um dos constrangimentos da pesquisa, isto porque o trabalho só podia iniciar mediante o consentimento do Presidente do Município que na altura encontrava-se doente. A autorização só foi conseguida cerca de três (3) semanas após a submissão do pedido.

Um outro constrangimento que se evidenciou foi durante o contacto com os entrevistados da segunda categoria que beneficiaram do financiamento no âmbito do PERPU, pois, a apresentação do pesquisador aos entrevistados era muitas vezes feita pelo líder do bairro, onde após a habitual saudação esta (apresentação) resumia-se em *“ele veio de Maputo para ver como estamos a trabalhar”*.

Com isso, vezes existiram em que alguns entrevistados viam no pesquisador um mandatário do Governo com objectivo de avaliar o desempenho nas suas actividades. Neste sentido, foi possível constatar ao longo de algumas entrevistas retratos em que estes (entrevistados), ao se referirem do Governo incluíam o pesquisador como parte integrante do mesmo, tomando como exemplo uma das afirmações de um dos entrevistados; *“esperamos que vocês não parem com esse*

⁷ - Órgão responsável pela selecção final dos projectos beneficiários

programa, porque está a ajudar muitas pessoas a terem seu próprio negócio”. Assim, era importante para o pesquisador lembrar aos entrevistados que o trabalho em curso tratava-se de uma investigação de âmbito académico.

Na terceira fase do estudo privilegiou-se a análise, a interpretação e a discussão dos dados das fases anteriores (1ª e 2ª) tendo em conta os objectivos da pesquisa culminando com a elaboração do presente relatório.

5 – Um olhar sobre o Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014

O PERPU constitui uma política pública elaborada de forma a materializar o objectivo central do Plano Quinquenal do Governo 2010-2014, que é o de combater a pobreza de forma a melhorar as condições de vida dos cidadãos (PQG, 2010).

O surgimento do PERPU enquadra-se num contexto em que o discurso governamental sobre a pobreza centrava sua atenção no combate deste fenómeno nas zonas rurais, sendo a destacar a introdução no ano de 2006 do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) que foi mudando de designação e hoje é o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), comumente denominado 7 Milhões destinados aos 128 distritos de Moçambique. O OIIL tem como objectivo contribuir para a redução da pobreza através do financiamento de projectos individuais de produção de comida e de geração de emprego e de renda (Sande, 2011: 207). Neste sentido, as políticas traçadas nesta fase tendiam a olhar para o fenómeno da pobreza urbana relegada a um segundo plano.

Assim, como resultado da chamada Governação Aberta e Inclusiva adoptada pelo Governo no mandato de Armando Guebuza desde 2005, onde os dirigentes a vários níveis entram em contacto directo com a população, apercebeu-se da necessidade de uma intervenção sobre a pobreza no contexto urbano, culminando com a elaboração de uma política pública para o Quinquénio 2010-2014 com vista a fazer face a este fenómeno. Foi neste contexto que o PERPU foi elaborado em 2010 e implementado em 2011. Este programa passou a fazer parte das acções do Governo com vista a combater a pobreza urbana e com raio de abrangência limitado às capitais provinciais.

A pobreza urbana é conceituada no quadro desta política pública como sendo a falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades básicas de indivíduos, famílias e comunidades residentes nas zonas urbanas (MPD *et al*, 2010: 3).

A visão deste programa é orientada por três (3) objectivos, nomeadamente: (1) o aumento das oportunidades de emprego; (2) a melhoria do ambiente de negócios e os níveis de empregabilidade de mão-de-obra; e por fim (3) a melhoria do sistema de protecção social.

Para o período 2011-2014, definiu-se a criação de oportunidades de emprego e a protecção social como os vectores fundamentais a serem desenvolvidos no quadro do PERPU. Assim, no que diz respeito a criação de oportunidades de emprego, o programa incorpora actividades como auto emprego, a promoção de pequenas e médias empresas absorventes de mão-de-obra, tais como serralharia, piscicultura, mecânico auto, entre outras.

A componente de protecção social no PERPU integra aspectos como a acção social directa, a acção social da saúde e a acção social escolar.

De forma a tornar os objectivos acima referidos materializáveis, o Governo aloca anualmente fundos com vista a financiar iniciativas consideradas viáveis pelas autoridades municipais e que possam contribuir para a redução da pobreza no meio urbano.

O critério de afectação do valor inscrito no âmbito do PERPU leva em consideração duas vertentes, sendo a primeira que corresponde a uma taxa fixa de 7 milhões de Meticais distribuída de forma uniforme a todas as cidades beneficiárias. A segunda vertente diz respeito a uma variável (valor acrescido aos 7 milhões que leva em conta o índice de pobreza de cada urbe, bem como o número de habitantes), o que faz com que o valor acrescido diferencie. Neste contexto, por exemplo a cidade de Chimoio foi acrescida no ano de 2011 o valor de 4,862.8 Mt totalizando 11,862.8 Mt, sendo a cidade de Maputo a que teve a variável mais elevada de 13,738.6 mt o que totalizou 20,738.6 Mt (MAE *et al*, 2011).

Os valores desembolsados pelo Governo nos anos de 2011 e de 2012 no quadro do PERPU destinavam-se apenas à implementação do primeiro vector. A implementação do segundo vector (o da protecção social) dependeria da potencialização de acções de parceria com outras instituições, sublinhando-se nesta ordem de ideia que cada município deverá estabelecer parcerias junto de outras instituições com vista a materialização desta componente.

O PERPU destina-se, prioritariamente, a apoiar pessoas pobres mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário e/ou outro tipo de crédito concedido por instituições financeiras formais (MAE *et al*, 2011: 7). Assim, a identificação destas pessoas pobres é feita mediante o uso do conceito de pobreza acima referenciado. Essa tarefa cabe às Comissões Técnicas de Avaliação dos Projectos dos bairros bem como dos Postos Administrativos.

Dentro desta política pública, existem duas categorias de potenciais beneficiários usadas no processo de elegibilidade de beneficiação: a primeira é o beneficiário individual e a segunda pode ser em associações, onde são incorporadas também nesta segunda categoria as pequenas e médias empresas. Assim, no quadro desta política pública privilegia-se mais o financiamento da segunda categoria por esta poder absorver maior número de mão-de-obra comparativamente com a primeira.

Para a primeira categoria exige-se como requisitos de beneficiação os seguintes:

- Ser residente no território do Distrito Municipal onde pretende implementar o projecto e confirmado pelas autoridades locais;

É Possuir nacionalidade moçambicana;

É Ser considerado idóneo pelas autoridades administrativas e comunitárias locais;

É Possuir idade não inferior a 18; e

É Possuir o Número Único de Identificação Tributária (NUIT).

A beneficiação por parte das associações ou as pequenas e médias empresas rege-se nos seguintes requisitos:

É Estar legalmente registada e com uma estrutura de organização e gestão consolidada observável a partir do núcleo central dos membros das associações;

É Os membros da associação devem ser residentes no território do Distrito Municipal onde se pretende implementar o projecto, confirmado pelas autoridades locais;

É A associação deve operar no Distrito Municipal onde se pretende implementar o projecto;

É A associação deve ser constituída por cidadãos nacionais; e

É Possuir o Número Único de Identificação Tributária (NUIT).

No quadro da política pública em alusão, estipula-se como o máximo de financiamento montante que vai até os trezentos mil meticais (300.000.00 Mt) seja a nível individual, quer seja a nível das associações. O PERPU prevê que o reembolso dos valores alocados seja iniciado a partir de prazos acordados no acto das negociações com uma taxa de juro que varia entre os 3 e os 7 por cento sobre o montante concedido. Esta variação da taxa de juro leva em consideração a natureza do projecto bem como o valor concedido, sendo que quanto maior for o valor maior é a proporção do juro. A prática mostra muitas vezes os reembolsos iniciam depois de três meses após a recepção do valor.

6 - Caracterização do Posto Administrativo Número 1

O Posto Administrativo Número 1 constitui um dos três (3) Postos Administrativos que compõem a cidade de Chimoio. Os outros são o Posto Administrativo Número 2 e o Posto Administrativo Número 3.

O Posto Administrativo Número 1 localiza-se a oeste da cidade de Chimoio, limitando-se a norte com o Posto Administrativo de Matsinhe pertencente ao distrito de Gondola, a sul com a localidade de Dzembe do distrito de Sussundenga, limitando-se a este com o Posto Administrativo Número 3 e a oeste com o Rio Tembwe.

Este posto administrativo é constituído por dez (10) bairros, nomeadamente 25 de Junho, Agostinho Neto, Centro Hípico, Chissui, Heróis Moçambicanos, Hombua, Nhamadjessa, Nhamatsane, Tarangapassi e Tembwe. Estima-se que o universo populacional deste posto seja de 56.651 habitantes (INE, 2007). A maior parte da população tem como língua materna o Cytewe.

No Posto existem dez (10) escolas primárias completas (de 1ª à 7ª classe), duas (2) escolas secundárias (de 8ª a 10ª classe), um (1) centro de formação de professores, dois (2) centros de saúde e 10 fontenárias. No campo industrial, este posto é constituído por 17 moagens de farinhação e uma fábrica de refrigerantes (Coca-Cola).

A agricultura e o comércio constituem as principais bases de subsistência da população do Posto Administrativo Número 1.

No que diz respeito a estrutura administrativa, o Posto Administrativo Número 1 é representado ao seu mais alto nível pelo Chefe do Posto que lhe é incumbida a tarefa de coordenar e administrar todas as actividades relacionadas com o posto, bem como canalizar ao Conselho Municipal as questões que ultrapassam as capacidades e competências de resolução a nível do posto.

Abaixo ao chefe do posto existem os secretários dos bairros que ao total são 10 em representação do mesmo número de bairros. Abaixo dos secretários dos bairros encontram-se os chefes dos quarteirões, os chefes das zonas e por fim os chefes de cada 10 casas.

7 - Análise da Dinâmica da Implementação do PERPU 2011-2014

No presente capítulo são descritos e analisados os dados colhidos durante o trabalho de campo de forma a materializar o objectivo central que é a análise das dinâmicas da implementação do PERPU 2011-2014 na cidade de Chimoio.

A pesquisa revelou que esta política pública acomoda diferentes percepções que resultam das experiências individuais e/ou colectivas do quotidiano. Aliás, seguindo o raciocínio de Wedel (2005), uma política pública como o PERPU pode ter diferentes manifestações dentro do mesmo contexto, isto partindo do pressuposto de que a mesma pode ser adoptada sem resistência, pode sofrer resistência e pode ser manipulada, entre outras manifestações. Pensamento igual à de Wedel é trazido por Lowi (citado por Sousa 2006) ao sublinhar que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição no seio da sociedade.

Da pesquisa efectuada destacam-se três perspectivas em torno do PERPU que se evidenciaram: A primeira (1) olha para esta política pública como um instrumento de combate a pobreza urbana, isto na medida em que sustenta-se que as acções nela inscritas evidenciam que ela está a contribuir para a materialização dos objectivos que levaram à sua formulação e implementação; a segunda (2), considera que não é possível desenvolver no âmbito desta política pública, pois, parte dos nossos entrevistados sustenta que as modalidades de financiamento não levam em consideração o orçamento traçado em cada projecto e; a terceira (3) perspectiva ou percepção considera esta política pública como um elemento de intriga na sociedade, pois, defende-se que desde a implementação do PERPU, tem se assistido a inúmeras divergências no seio dos indivíduos que trabalham em grupos ou associações, divergências estas que culminam com a quebra dos laços sociais.

7.1 – “A Implementação do PERPU veio Melhorar as Condições de Vida de Muitos”

No quadro desta pesquisa constatamos que, a percepção do PERPU como instrumento que está a contribuir para a melhoria das condições de vida da população é comungada não só pelos órgãos representativos do Governo na gestão desta política pública no contexto estudado, mas também por parte dos nossos entrevistados da segunda categoria. Neste contexto, trazemos abaixo alguns

dos depoimentos que evidenciam a percepção desta política pública como instrumento de combate a pobreza.

õA situação da pobreza urbana no nosso país é preocupante e isso fez com que o governo encontrasse uma forma de fazer face a esta situação e acabou surgindo o PERPU. A implementação do PERPU veio melhorar as condições de vida de muitosí , vem sendo uma mais-valia para a população. Antes as pessoas não viam como iniciar um determinado negócio, mas hoje, aquelas famílias desfavorecida já tem essa oportunidade desde que sejam confirmadas idóneas pelas estruturas dos bairros sem ter que passar por todos aqueles processos burocráticos das instituições bancárias que todos nós conhecemos⁸.

Como se pode ver, esta visão para além de elucidar o surgimento do PERPU como estando ligado a necessidade do Governo de Moçambique agir para inverter o fenómeno da pobreza no contexto urbano, é notório que a mesma capta algumas simpatias por parte de certo segmento da população que acredita esta política pública está a contribuir para a melhoria das condições de vida da população. A mesma visão é igualmente comungada por outro Clício Mulenga⁹ ao afirmar que,

õo PERPU significa um ganho para todos, porque além das iniciativas que apoiamos, ao mesmo tempo são diversos postos de trabalho que vem sendo criados dia após dias fruto deste programa. Com a vinda do PERPU, muita gente consegue ter apoio para dar seu primeiro passo numa actividade de geração de rendimentos. Infelizmente o orçamento é inferior à demanda, por exemplo, no primeiro ano (2011) recebemos mais de 2000 projectos, e só foram aprovados cerca de 450 projectos... assim, pensamos que o reembolso do valor permitirá que aumentemos o número de beneficiários nos próximos anosö.

Dentre os beneficiários do PERPU, há por lado a percepção de que a implementação deste programa ajudou na mudança das suas condições de vida, na medida em que sustentam que em comparação ao período anterior a implementação desta política pública notaram uma evolução. É exemplo disto o depoimento a seguir,

õrecebi 85 mil meticais. É pouco dinheiro para aquilo que eu queria fazer, mas mesmo assim foi possível aumentar minha oficina e comprar novos materiais que

⁸ - Emílio Geremias - Membro do CC – entrevistado no dia 23 de Janeiro de 2013

⁹ - Membro do CC – entrevista do dia 23 de Janeiro de 2013

faziam falta. Isso ajudou a atrair novos clientes e minha receita diária aumentou, tive que aumentar o número de trabalhadores porque tinha apenas três¹⁰.

Percepção igual é nos trazida por Fernando Afonso¹¹ representante de uma associação que beneficiou do financiamento no âmbito do PERPU, que afirmou o seguinte:

Nossa associação pediu 200 mil meticais e recebemos 120 mil. Com esse dinheiro construímos dois pavilhões pequenos onde cabem 250 pintos por cada. Nesta fase em que estamos, fazemos de tudo para tentar gastar menos porque queremos abrir mais 2 pavilhões até no final deste ano. As pessoas que fazem parte da associação já têm um rendimento no fim de cada mês que dá para comprar alguma coisa para o seu sustento. Antes, nenhum de nós tinha emprego e só ficávamos a espera da chuva para ir a machamba.

Por outro lado, a percepção de que a introdução do PERPU veio melhorar a vida é igualmente partilhada por alguns entrevistados cujos projectos não foram aprovados, pois estes vêem o PERPU como um elemento que está a impulsionar a mudança das condições de vida dos beneficiários, como se pode ver:

Entreguei meu projecto no ano passado (2012) mais não foi aprovado. Nessas coisas há quem tem mais sorte que os outros, mais a vida é assim mesmo. Alguns dos meus amigos tiveram sorte e aquele dinheiro está a lhes ajudar muito no desenvolvimento dos seus negócios. Este ano (2013) submeti de novo meu projecto e espero que desta vez a sorte seja outra¹².

7.2 – “Processos Burocráticos estão a minar os objectivos do PERPU”

Esta percepção configura-se na ideia de que parte dos entrevistados tem a visão de que poderá não ser possível o combate a pobreza no âmbito do PERPU devido ao burocratismo. Defendem que as modalidades de financiamento que se verificam não levam em consideração os orçamentos previstos em cada projecto, o que faz com que muitos beneficiários enfrentem dificuldades na materialização do planeado e conseqüentemente tenham problemas no reembolso

¹⁰ - João Meque, mecânico – entrevistado no dia 26 de Janeiro 2013 no bairro Nhamadjessa

¹¹ - Agro-pecuário, representante da associação irmãos unidos - entrevistado no dia 5 de Fevereiro no bairro Nhamadjessa

¹² - Damo Tomás, camponês – entrevistado no dia 30 de Janeiro

do valor. Por exemplo, Abel Armando conta que:

õeu pedi 85 mil meticais para poder abrir um negócio. Meu projecto foi aprovado e quando fui para receber o dinheiro, disseram-me que só podiam dar me 15 mil meticais. Achei aquilo uma brincadeira de mau gosto, porque nem era a metade do que eu pedi. Recusei levar o dinheiro porque só podia me trazer dores de cabeça para devolver e teria problemas com o Governo em vão. Não é possível desenvolver com esse dinheiro que estão a dar. Alguns dos meus amigos já estão arrependidos e não sei si irão conseguir devolver o dinheiro que receberam¹³.

Nesta intervenção é visível a não satisfação deste entrevistado, pois, viu as suas expectativas sobre o valor a receber frustradas. Consta-se que a recusa em receber o valor justifica-se pelo facto deste acreditar que recebendo o dinheiro que ele não previa estaria a abrir espaços para aumentar as suas dificuldades, contrariando a ideia de que esta política pública tem como finalidade a melhoria das condições de vida da população.

Na mesma linha, Tonito Andique¹⁴ refere que apesar de ter recebido o dinheiro, não conseguiu notar alguma diferença entre o antes e o depois de receber o valor, pois afirma que

õfiquei muito emocionado quando recebi a comunicação da aprovação do meu projecto e já acreditava na ampliação do meu negócio. Fiquei triste no dia em que me disseram que em vez de 100 mil meticais que pedi iria receber apenas 20 mil. Quando perguntei porque esse corte, me informaram que não podiam me dar um valor alto porque queriam beneficiar maior número de pessoas ao mesmo tempo. Para ser sincero esse dinheiro não me ajudou quase nada porque até hoje ainda não consigo notar a diferença.

Para Alberto João¹⁵, o corte no orçamento previsto foi motivo de alteração do planeado, pois segundo este, o dinheiro recebido não cobriria o seu projecto, uma vez ele,

õ[í] tinha planos de construir um pavilhão para criação de frangos por isso pedi 100 mil meticais, mais apenas me deram 30 mil. Vi que com esse dinheiro não podia conseguir construir o pavilhão e sobrar para comprar os frangos. Decidi levar o dinheiro e investir num outro negócio. Agora compro milho em Matsinho¹⁶ e venho vender aqui na cidade. Estou a tentar trabalhar para ver se

¹³ - Abel Armando, professor – entrevistado no dia 30 de Janeiro no bairro Nhamadjessa

¹⁴ - Comerciante - entrevistado no dia 6 de Fevereiro no bairro Centro-hípico

¹⁵ - Comerciante, entrevistado no dia 28 de Janeiro no bairro Centro-hípico

¹⁶ - Localidade pertencente ao distrito de Gondola e dista a cerca de 20 km da cidade de Chimoio

consigo devolver o dinheiro que me deram, mas agora as coisas ainda não começaram a andar bemö.

Apesar dos gestores do PERPU na cidade de Chimoio reconhecerem a importância de se levar em consideração o orçamento dos projectos elaborados, estes defendem que há uma necessidade de se fazer um ajuste nos mesmos, a medir pelo total dos projectos submetidos que é maior e pelo total do valor alocado para a materialização deste programa nesta urbe que consideram ser inferior as reais necessidades. Esta visão é partilhada por Mulhovo e Monjane (2009), ao afirmarem que os actuais programas de combate a pobreza urbana em Moçambique apresentam uma limitação na medida em que os mesmos apresentam uma deficiência na cobertura bem como nos recursos que são atribuídos aos grupos alvos.

7.3 – “O PERPU Promove Conflitos no seio das Associações Beneficiárias”

A terceira percepção que depreendemos na presente pesquisa olha para o PERPU como elemento criador de divergências no seio dos grupos.

Como acima fizemos menção, no âmbito desta política pública privilegia-se o financiamento das associações por permitir a absorção de maior número de mão-de-obra em simultâneo, o que é diferente dos projectos individuais que nem sempre abrange um número elevado de pessoas.

Assim, apesar de existir um reconhecimento quase que unânime dos nossos entrevistados das associações como uma via importante no alcance dos objectivos inscritos no âmbito do PERPU, alguns destes (entrevistados), apontam que dentro das associações criadas é muito frequente a existência de divergências internas que, nalguns casos, estas divergências levam à desistência de parte dos membros e noutros culminam com a abolição da associação.

Abaixo trazemos alguns dos relatos que mostram como se construíram divergências no seio de algumas associações. Por exemplo, o depoimento a seguir ilustra como um grupo associado de duas pessoas acabou se divergindo, culminando com o corte de laços sociais entre ambos.

õnós criamos uma associação de duas pessoas para abrir uma carpintaria. Mas porque estavam a demorar para legalizar a associação e faltavam poucos dias para o fim da entrega dos projectos, fomos falar com o secretário do bairro e ele nos aconselhou a submeter em nome de uma pessoa e se fosse aprovado devíamos continuar a trabalhar juntos até termos o reconhecimento da associaçãoí decidimos submeter em nome dele porque já fez a 12ª classe e eu não.

Depois do projecto ser aprovado, ele veio falar comigo e me informou que dos 50 mil meticais que pedimos apenas nos deram 20 mil e decidimos que podíamos comprar material de base e trabalharmos até termos tudo que queremos.

Dias depois eu fui a casa dele para planificarmos e ele disse que fez as contas e o dinheiro era pouco e não dava para abrirmos a carpintariaí porque ele tem uma barraca de vendas disse que podia investir no seu negócio para acumular dinheiro suficiente e depois seguirmos com o nosso plano. Eu não concordei e a discussão começou aí até pararmos na polícia. Mas porque todos documentos estavam em nome dele, não me deram razão e ele está a gerir sozinho o dinheiro e nem um centavo tive para compensar o meu esforço na realização do projecto. Depois disso nunca falei mais com ele e eu nunca mais quero lhe ver na minha frente¹⁷.

Um outro entrevistado mostra-nos que,

õDesde que começamos a trabalhar nunca tivemos grandes problemas entre nós aqui na associação. Tivemos uma situação de um dos membros que pediu emprestado 2 mil meticais para ir a Tete porque tinha um familiar doente. Quando regressou nunca mais veio trabalhar connosco e ficamos a saber que está a trabalhar numa empresa de construção. Quando falei com ele prometeu devolver o dinheiro, mais até aqui ainda não devolveu. Quando ele se encontra com um dos membros da associação procura ir para outra margem da rua e fingir estar com muita pressaí õ¹⁸.

O depoimento abaixo da senhora Amélia Chissique¹⁹, mostra que ela olha para a associação em que se encontrava inserida um espaço em que algumas pessoas tiram proveito do trabalho feito pela maioria, o que a motivou a retirar-se da mesma;

õEu parei de trabalhar na associação porque já estava cansada de ser enganada a ver. Todos dias trabalhamos mais não se vê para onde vai o dinheiro. Tem pessoas que estão a se aproveitar do suor dos outros e até já estão a construir casas. Prefiro ficar aqui na minha casa a vender nesta barraquinha onde pelo menos consigo dinheiro para comprar óleo e sal do que ir trabalhar para outros se aproveitaremõ.

Estas divergências no seio das associações financiadas no âmbito do PERPU são do conhecimento dos órgãos de avaliação e monitoria dos projectos beneficiários, pois segundo o chefe do Posto Administrativo Número 1, é com frequência que o órgão no qual faz parte tem

¹⁷ - Rogério Albino 26 anos, carpinteiro – entrevistado no dia 30 de Janeiro no bairro Nhamadjessa

¹⁸ - Fernando Afonso, agro-pecuário - representante da associação irmãos unidos – entrevistado no dia 5 de Fevereiro no bairro Nhamadjessa

¹⁹ - Camponesa - entrevistada no dia 1 de Fevereiro no bairro Centro-hípico

sido solicitado a intervir no sentido de ajudar na resolução destes problemas. Por outro lado, este explicou que os casos de divergências são mais acentuados nas associações compostas por jovens:

õgeralmente os problemas verificam-se mais nas associações compostas por jovens. Eles parecem ter uma ganância pelo dinheiroí No último caso que fomos chamados a intervir, o responsável da associação também é jovem e tem 27 anos. Este nem sequer apresentou o dinheiro aos colegas. Logo que recebeu o dinheiro desapareceu, de lá para cá ninguém mais lhe viuí ²⁰

A partir destas intervenções são visíveis as divergências no seio das associações criadas no âmbito desta política pública. De acordo com Martins (2012), os espaços de economia solidária²¹ constituem-se por vezes num empreendimento que gera frustração para alguns integrantes que deriva de intrigas entre os membros, sendo que para este autor, muitos conflitos nascem sobre à gestão do grupo acabando por gerar barreiras na participação e envolvimento num nível cooperativo.

Nesta linha de pensamento Douglas (1986) considera que quando se trata de cooperação e solidariedade significa ao mesmo tempo falar sobre rejeição e desconfiança. Para esta autora, neste tipo de cooperação, õalgumas vezes a confiança tem breve duração e é frágil, dissolvendo-se facilmente e resultando em pânicoí Algumas vezes a suspeita é tão profunda que a cooperação toma-se impossível (Douglas, 1986: 10).

Assim, ao se privilegiar o trabalho em associações no âmbito do PERPU no contexto estudado (Posto Administrativo Número 1 na cidade de Chimoio), abre-se espaço para a fraca coesão social derivada do corte de laços sociais no seio dos grupos. Por outro lado, é perceptível que o processo de aplicação desta política pública centrou-se na esfera económica deixando de lado a esfera social.

²⁰ - Elias Tembe, chefe do Posto Administrativo Número 1– entrevistado no dia 25 de Janeiro

²¹ Economia solidária forma de produzir que se fundamenta no princípio da solidariedade na colectividade dos meios de produção em grupos em que as pessoas se inserem voluntariamente por associação, e se relacionam a partir da autogestão, onde o que é produzido é do grupo e se divide de maneira equitativa entre seus membros.

Deste modo, ao se pensar que as políticas públicas ãvisam a construção de uma sociedade mais justa, mais humana, mais equilibrada e mais coesaõ (Perreira, 2005:33), pode-se afirmar que o PERPU constitui uma política pública que está a contribuir para a quebra de alguns laços sociais na medida em que assiste-se ao desfasamento de relações dentro das associações criadas que se repercutem no dia-a-dia dos indivíduos.

8 - Considerações Finais

Esta pesquisa realizada na província de Manica, cidade de Chimoio no Posto Administrativo Número 1, nos bairros Centro Hípico e Nhamadjessa, analisou a dinâmica da implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014, tendo constatado que esta política pública, é apreendida de forma diferenciada como resultado das experiências individuais e/ou colectivas do quotidiano.

Para além de enfatizar a visão de que uma política pública pode ter diferentes manifestações como é defendido por Wedel (2005), este estudo abre espaço para se pensar que o processo de implementação do PERPU privilegiou aspectos de ordem económica, sem se ter em conta a questão de interação social que resultará, daí estar a promover conflitos no seio das associações beneficiárias. Assim, este estudo mostra-se relevante na medida em que permite questionar a neutralidade do desta política pública, isto sustentado na ideia de que o PERPU não está a ser vivido apenas com a imagem que fundamentaram a sua adopção, existindo deste modo elementos que mostram ela não ser neutra como os implementadores pensam ao definir uma política pública.

Ciente de que a pesquisa não esgotou a explicação deste fenómeno, como por exemplo a questão da proteção social que constitui o segundo vector do PERPU 2011-2014 aqui não explorada, recomenda-se que em futuras pesquisas se explore os discursos produzidos pelos implementadores sobre esta vertente bem como a forma como esta é vista pelos beneficiários.

9 - Referências bibliográficas

Australcouwi. 2009. *Revisão de Literatura sobre os Determinantes da Vulnerabilidade e Tendências*. Maputo: Departamento for Interntional Development.

Barroqueiro, Maria da Conceção, 2010, *Antropologia e Pobreza: contributo para uma leitura antropológica sobre as estratégias informais de luta contra a pobreza de quatro famílias do Concelho de Sesimbra*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

BURGESS, Robert, 2001, *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editoras.

CASTELÓBRANCO, Carlos e OSSEMANE, Rogério, Política monetária e a redução pobreza em Moçambique in Luís de Brito, et al (org), 2012, *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. Pp. 185-201.

Crespo, Antonio. e Gurovitz, Elaine. 2002. *A pobreza como um factor multidimensional*. São Paulo: Editora Fundação Getulio Vargas.

DOUGLAS, Mary 2007, *o Mundo dos Bens, Vinte anos Depois*. *Horizontes Antropológicos*. Vol. 13. Pp. 17-32.

DOUGLAS, Mary, 1998, *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FERREIRA, J. M. C. 1995, *Sociologia*. Lisboa: Editora Mc. Graw-Hil.

FRANCISCO, António e PAULO, Margarida, 2006, *Impacto da economia informal na proteção social, pobreza e exclusão: a dimensão oculta da informalidade em moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

GOMIDE, Alexandre, 2008, *Mobilidade e pobreza urbana*. México: IPEA.

GREEN, Reginald, 2006, *A luta contra a pobreza absoluta em Moçambique*. Maputo: Editora Nacional de Planificação.

Instituto Nacional de Estatística, 2007, III recenseamento Geral da População e Habitação: Indicadores Socio Demográficos. Maputo: INE

LOFORTE, Ana, 2008, "Dinâmicas familiares e percepções de pobreza e género em Moçambique". *Outras Vozes*, Vol. 2. Pp. 20-29.

Lopes, Marra, et al, 2004, *Análise de Pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú: Mina Geral.

MARTINS, Marianne Lima, 2012, "Aspectos subjectivos de um grupo associativo de produção: uma experiência de trabalho, comunidade e afectividade na economia solidária". *Revista Electrónica de Psicologia Política*. Pp. 70-92.

MOSCA, João, Pobreza, 2010, "economia informal, informalidades" in Luís de Brito et al (org), *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE. Pp. 83-98.

Sousa, Minayo e Sanchez, Odécio O. 1993. "Quantitativo - qualitativo: Oposição ou complementaridade?" in *Cadernos de Saúde Pública*. Pp. 239-262. Disponível em, <http://www.antropocoiso.weblog.com.pt/privado/antrop-tb.cgi/157189>. Consultado no dia 7 de Maio de 2011.

Ministério da Administração Estatal et al, 2011, *Critérios de afectação e procedimentos para o uso de recursos no âmbito da redução da pobreza urbana*. Maputo.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento et al, 2010, *Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana 2010-2014*. Maputo.

MITHÁ, Omar, 2008, *Análise de projectos de investimentos*. Maputo: Escolar Editora.

MONJANE, Paula e MULHOVO, Hermenegildo (coord), (2009), *Opções de Intervenção no Contexto da Pobreza Urbana em Moçambique: estudo de caso dos Municípios de Maputo e Chimoio*. Maputo: Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.

MORGADO, Anibal Castro, 2002, *A percepção e as estratégias de alívio a pobreza: o caso da localidade de Malua, distrito de Alto Molócuè*. Maputo: UEM.

RODRIGUES, Eduardo Vítor et al, 1999, *A Pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*, in *Sociologia*. Lisboa: Belgrad.

Sandes, Zaqueo. 2011. *7 Milhões: Revisão do Debate e Desafios Para a Diversificação da Base Produtiva*. Maputo: IESE. Pp. 1-22.

SARDANE, Oliveira de, 1990, *Para uma abordagem antropológica das ideias e práticas de desenvolvimento*. Lisboa: Edição ISSN.

SCHRÖDER, Peter. 1997. *Antropologia do Desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira?* *Revista de Antropologia*. Vol. 40. Pp. 83-100.

SALDANHA, Claudia Lima, 2003, *Agricultura Familiar e Desigualdade: Análise do Nível de Pobreza do Sistema de Produção Agrícola do Vale do Acre*. Rio Branco: Universidade Federal de Acre.

RODRIGUES, Lea Carvalho (2008), *Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais*. São Paulo: USP.

PEREIRA, Orlando Petiz, 2005, *Políticas públicas e coesão social*. São Paulo: Atlas.

República Moçambique, 2010, *Programa Quinquenal do Governo para o ano 2010-2014*, Maputo.

SOUZA, Celina, 2006. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura* in *Sociologias*. Porto Alegre: Instituto de Ciências Sociais.

Wedel, Janine, Shore, Cris, Feldman, Gregory and Lathrop, Stacy, 2005. *"Towards an Anthropology of Public Policy"*, *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 600, (July): 30-51.